

Organização e Desenvolvimento da EaD na Polícia Militar do Estado de São Paulo

São Paulo
Maio/2015

Sheila Ricarda Berbel – Polícia Militar do Estado de São Paulo –
berbel@policiamilitar.sp.gov.br

David Gonçalves Rosas – Polícia Militar do Estado de São Paulo –
david@policiamilitar.sp.gov.br

Eduardo Augusto Alves Ribeiro – Polícia Militar do Estado de São Paulo –
eduardoribeiro@policiamilitar.sp.gov.br

Estudos de Caso
Educação Corporativa
Gerenciamento e Organização
Relatório de Estudo Concluído

RESUMO

Este artigo apresenta um panorama da organização e desenvolvimento da Educação a Distância em Cursos e Estágios da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Embora ainda incipiente na Instituição, a EaD tem se mostrado uma prática que permite oferecer capacitação, especialização e treinamento aos policiais militares com alguma dificuldade de deslocamento para frequência em ambientes presenciais e àqueles que buscam uma formação continuada, além do próprio interesse da Instituição em prover o ensino. O artigo avalia os desafios da EaD desde a sua implantação na PMESP, as características e especificidades do público interno, dos docentes policiais-militares, ambientados no ensino presencial, além dos meios tecnológicos e equipe técnica dedicada à atividade. Para tanto, foi realizada uma revisão documental, experiência dos autores nos projetos institucionais que envolvem a educação a distância na PMESP, pesquisa sedimentada com os alunos matriculados nos cursos em EaD e conhecimentos trazidos pela bibliografia consultada.

Palavras-chave: Educação a Distância; PMESP; EaD nas Organizações; Capacitação em EaD.

Introdução

A Educação a Distância (EaD) possui como característica a flexibilidade de estar em um ambiente de ensino e aprendizagem que rompe com a rigidez de horários e espaços limitados ou inflexíveis, dando ao aluno a autonomia de desenvolver seus estudos em horários e locais distintos do que se estabeleceu na tradição da educação presencial. A mediação do conhecimento entre professor e aluno também supera essas restrições, sendo assim, face essas especificidades, surge uma nova concepção de presença, que precisa ser planejada e desenvolvida por todos os profissionais que trabalham com a EaD e pelos próprios alunos, apoiada pelos objetos de aprendizagem que devem ser organizados nos ambientes virtuais. A Educação a Distância é:

o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução, comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 2)

Na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), os desafios de se implantar em seu sistema de ensino a Educação a Distância não foram diferentes daqueles encontrados por outras instituições públicas ou particulares, que ainda transpõem diversas barreiras, mas que acreditam e empregam esta modalidade como uma ferramenta educacional que contribui para a democratização e para a educação continuada do seu público-alvo.

O presente artigo objetiva explorar esses desafios, as características dos alunos de EaD na PMESP, a formação de professores para abordagens de conteúdos a distância, as expectativas desta modalidade na Instituição e a legislação interna proposta para o desenvolvimento da EaD, desta forma, traçando um panorama da organização e do desenvolvimento da Educação a Distância na Polícia Militar do Estado de São Paulo.

1- Desafios iniciais

Muito embora nossa sociedade esteja marcada por constantes mudanças sociais e inovações tecnológicas, a prática de uma tradição educacional a qual os indivíduos se acostumaram e possuem nela uma situação de conforto e segurança traz certa desconfiança quando a aprendizagem é proposta com a utilização das Novas Tecnologias de

Informação e Comunicação (NTIC) e com a metodologia de uma prática de ensino coletiva e colaborativa, com maior autonomia e liberdade, sabendo-se que “liberdade e oportunidade, no entanto, significam que os alunos precisam aceitar e assumir maior responsabilidade na condução de seu próprio aprendizado”. (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 22)

As instituições públicas ainda possuem uma visão muito tradicionalista e burocrática, além de uma boa parcela dos funcionários públicos estarem desmotivados ou com pouca iniciativa para novos aprendizados, além da obsolescência, em muitos casos, de equipamentos que possam suportar as novas tecnologias e prover uma Educação a Distância com a qualidade e dimensão adequadas. Para superar esses desafios “o compromisso com o ideal e o desenvolvimento das competências necessárias ao trabalho são fatores indispensáveis na formação de equipes em qualquer organização”. (TEPERINO, et al., 2006, p. 31)

Sabe-se da importância da formação continuada para as organizações e seu futuro, sobretudo, quando se tem que capacitar e treinar profissionais expostos às mudanças sociais em uma atividade complexa e que abrange uma área geograficamente extensa e heterogênea, como a área de segurança pública em São Paulo, já que “as organizações, diante de uma sociedade mais consciente e mobilizada, obrigam-se a aumentar sua capacidade de resposta às demandas sociais, buscando a excelência (...) na prestação de serviços”. (MULLER, 2009, p.11)

Neste contexto, de um público interno trabalhando em diferentes regiões do Estado e, até então, distantes de vivências que envolvam aprendizagens mediadas por tecnologias educacionais, além de uma concepção de que o treinamento para a atividade policial-militar, por exigir muito da prática, não suportaria programas de EaD, começou a ser estruturado na Instituição um planejamento que permitisse romper paradigmas e ofertar com mais frequência a formação continuada, o que ensejou em práticas inovadoras de educação para a realidade que antes se verificava, incorporando, ao longo dos anos, novas ações e projetando outras a serem implantadas, utilizando a Educação a Distância de forma plena ou como apoio, como será relatado.

Um dos fatores de grande preocupação foi a formação de uma equipe capacitada que pudesse montar o suporte técnico-pedagógico para iniciar e

fomentar a EaD na PMESP. Desta forma, em 1994, criou-se o Programa Vídeo Treinamento (PVT), tendo como base a difusão do conhecimento profissional e institucional, suportado em mídias de DVD, e ainda hoje distribuído a todas as Unidades do Estado, a fim de que, mensalmente, os policiais militares possam ter um aprendizado integrado e contínuo, planejado e atualizado, conforme as necessidades reais da missão que cabe à PMESP. A formação da Seção do Programa Vídeo Treinamento foi de extrema importância para o início da EaD na Polícia Militar, pois “no desenvolvimento de programas de ensino, optar por uma metodologia de produção, mesmo nas etapas criativas de uma proposta de curso ou material didático, permite reunir as melhores soluções, evitando a dispersão de ideias e fuga dos objetivos” (BANDEIRA, 2009, p. 150)

Posteriormente, buscou-se a sensibilização do público-alvo (interno), para que fosse entendida a importância e valor desse treinamento em EaD, que hoje chega a 100.000 (cem mil) policiais militares, 80 % (oitenta por cento) destes, efetivamente, acessando e estudando na plataforma virtual de ensino.

Não se esperaria, de imediato, uma mudança cultural que contemplasse, em sua plenitude, toda a EaD, nem que a Instituição e seu efetivo incorporassem, em um primeiro momento, a ideia de se elaborar um extenso programa educacional a distância, sem que houvesse um tempo necessário de maturação, razão pela qual, em 1998, foi implementada a Instrução Continuada do Comando (ICC), de forma física ou interativa, com temas de instrução corporativa ou social, sendo que, no ano seguinte, criou-se a Seção EaD, paralela à Seção do Programa Vídeo Treinamento, que atualmente se integram na Seção de Tecnologia Educacional da Diretoria de Ensino e Cultura (DEC).

Resultante disso, começou-se a organizar grupos de trabalho, a fim de se estabelecer uma plataforma virtual de ensino que pudesse compor a Educação a Distância na Polícia Militar. Várias reuniões foram realizadas, entre o próprio efetivo que coordenava e participava dos trabalhos e com algumas empresas e instituições que pudessem contribuir para o desenvolvimento dessa estrutura, chegando-se então a experiências mais concretas com o Moodle, atual plataforma de ensino utilizada nos cursos da PMESP.

Neste avanço, foi necessário formar uma grande rede colaborativa voltada à EaD, em todas as áreas da PMESP, como a experiência de cursos ofertados pelo Corpo de Bombeiros, em 2014, ações que hoje constituem o

grande desafio dentro da Instituição, qual seja, a descentralização pelas Unidades do Estado, na figura dos Gabinetes de Treinamento.

Neste percurso, não menos importante, é o processo contínuo de superação de paradigmas e integração dos alunos com a modalidade de Educação a Distância, a transposição de dificuldades e hábitos restritivos às inovações tecnológicas, a disponibilização de objetos de aprendizagem interligados com as atividades de segurança pública e a capacitação de professores-tutores, habituados com a modalidade presencial, ainda duvidosos da potencialidade da EaD, assim como ocorre também em outras instituições.

Sendo assim, os desafios continuam a serem superados, para que se cumpra a missão de prover o ensino e a formação continuada de 100.000 (cem mil) homens e mulheres, geograficamente dispostos em 645 (seiscentos e quarenta e cinco) municípios, numa área de 248.222.801 km², trabalhando em horários distintos e vivenciando diferentes realidades sociais.

2- Legislação interna da EaD

O Artigo 83 da Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, traz que *“O ensino militar é regulado em lei específica, admitida a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino”* (art. 83).

Observa-se, portanto, que a norma em vigor adotou a lógica de agrupamento em razão do conteúdo do ensino ministrado e de sua destinação formadora profissional. Assim, caso o conteúdo e a destinação do ensino sejam afetos ao âmbito militar, a regulamentação realizar-se-á por lei específica.

Formando o arcabouço jurídico do Sistema de Ensino da PMESP, foi promulgado o Decreto Nº 54.911, de 14 de outubro de 2009, o qual regulamenta a Lei Complementar nº 1.036, de 11 de janeiro de 2008, e institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, reforçando alguns temas já abordados anteriormente e contemplando a possibilidade de utilização do método EaD, conforme segue:

Artigo 2º - O Sistema de Ensino da Polícia Militar compreende:

I - a educação superior, nas suas diversas modalidades;

II - a educação profissional, de acordo com as áreas de concentração dos estudos e das funções policiais militares, observadas as peculiaridades legais que definem os seus diversos Quadros.

Parágrafo único - A educação valer-se-á dos métodos presencial e a **distância**, observadas as características e peculiaridades de cada curso ou estágio.

Ainda no sentido de regulamentar a EaD na PMESP, em setembro de 2012, foi editada uma Instrução interna referente a este tema, as Instruções I-44-PM. O intuito desta norma é disciplinar a Educação a Distância nos cursos, estágios e treinamentos do público interno policial-militar.

Com a ampliação da oferta de cursos e treinamentos com fase em EaD, tornou-se outro desafio a atualização e solidificação de uma legislação voltada aos profissionais e alunos nela inseridos, que atenda às especificidades da Polícia Militar e à grande complexidade de sua organização, que possa integrar as características da EaD com a estrutura administrativa e operacional da PMESP, em consonância com as legislações e doutrinas as quais se submete, sobretudo, legislação que se adeque aos avanços alcançados e que permita novas projeções, à caminho da excelência educacional.

3- Características dos alunos da EaD na PMESP

A ampliação dessa nova possibilidade de treinamento ainda é um desafio a ser vencido, uma vez que há preconceito e dúvidas em relação a cursos desenvolvidos a distância, também do aluno policial-militar.

Neste sentido, em 2015, foram inseridas 06 (seis) horas-aulas em EaD, a serem cursadas de janeiro a dezembro do corrente ano, destinadas ao treinamento obrigatório do efetivo de soldados a capitães, perfazendo, aproximadamente, 80.000 (oitenta mil) policiais militares. Para o ano de 2016, projetam-se 15 (quinze) horas-aula em EaD. Para efetivar a inscrição desses policiais no treinamento obrigatório anual e buscando atender às necessidades técnicas do Ambiente Virtual de Aprendizagem, que utiliza a autenticação no banco de dados institucional, foi realizada uma atualização, em setembro de 2014, de quantos policiais não possuíam ou tinham desativado o e-mail funcional, chegando à quantidade de 3.756 (três mil setecentos e cinquenta e seis), portanto, aproximadamente 5% (cinco por cento) do efetivo pretendido, o que denota um afastamento destes policiais em relação aos meios tecnológicos básicos oferecidos pela Instituição.

Visando à possibilidade de ampliação de cursos com fase EaD para oficiais intermediários e superiores, foi proposta e concluída uma pesquisa, que possibilitou apreender algumas características e expectativas do público

interno. Foram enviados 835 (oitocentos e trinta e cinco) e-mails, dos quais 404 (quatrocentos e quatro) foram respondidos.

Como resultado, aferiu-se que um dos motivos mais relevantes apontados pelos policiais que estão distribuídos nas diversas cidades do Estado para que realizem partes de cursos no formato EaD é a diminuição do período de afastamento de suas residências.

Outra aferição importante, foi o posicionamento em relação à afirmação: *“não há nada melhor para a troca de ideias do que a sala de aula e o seu calor humano. O mundo virtual é solitário e sem graça, você acredita ser”* obteve como resposta mais acionada a esta assertiva o quesito **“pouco adequado”**, apesar da equivalência com as opções “adequado” ou “muito adequado”, o que pode demonstrar uma aproximação com a modalidade EaD, mas que merece atenção constante da gestão e coordenação dos cursos.

A motivação para cursos em EaD é um dos desafios mais preocupantes a serem enfrentados, pois a rotina de trabalho policial-militar, por si só, apresenta uma excessiva carga de atividades e exigências, razão pela qual é necessário aferir as condições Institucionais e os anseios e necessidades do público interno para a aplicação de projetos em Educação a Distância.

4- Formação de professores para abordagens de conteúdos a distância

Uma preocupação constante é a formação do professor para abordagens de conteúdos a distância, personagem importante na equipe de profissionais que desenvolvem trabalhos na EaD. Ao professor, cabe a elaboração do conteúdo pertinente ao curso e também o suporte ao aluno, por meio da tutoria, o que lhe delega diversas funções.

Para a elaboração dos materiais, é primordial que se fomente a concepção de que conteúdos em EaD não são idênticos ao ensino presencial, agora inseridos em um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Sendo assim, não basta instruir o professor habituado às classes presenciais, mas é preciso educá-lo com as premissas da EaD, sobretudo, dando-lhe a consciência de que os materiais devem produzir efeitos de interação e interatividade, além de contribuir para a autonomia do aluno.

Na Polícia Militar do Estado de São Paulo, além do suporte oferecido pela Seção de Tecnologia Educacional, realizaram-se cursos de Formação de Tutores para Educação a Distância, oferecido pelo ambiente virtual e com tutoria, que capacita os professores na mediação do conhecimento, além de fornecer subsídios para a integração do professor com a modalidade EaD, com o AVEA e com as legislações externas e internas que normatizam o assunto, capacitação que passou a ser prioridade nesta nova visão educacional.

Há a pretensão de se criar, a partir desse primeiro momento, uma especialização de tutores, para que os temas sejam aprofundados e comportem visões acadêmicas e tecnológicas da matéria, atribuindo ao cursista, já tutor, uma participação ativa como integrante de um sistema de gestão de ensino em EaD. Para tanto, a Seção EaD da Diretoria de Ensino e Cultura trabalha com parcerias, convênios e formação contínua do seu efetivo.

Ademais, a gestão de uma política de formação em EaD carece da participação e compromisso dos professores com a missão educacional. Não se trata apenas de substituir parte do ensino presencial, já que “a educação a distância é, portanto, uma opção viável e **estratégica** (*grifo nosso*) para a formação e o desenvolvimento de profissionais, tanto em instituições privadas quanto no serviço público” (MULLER, 2009, p. 33). Ainda segundo Muller:

Na organização “que aprende” há que se considerar e agregar o crescimento vertiginoso da tecnologia, principalmente dos meios eletrônicos de comunicação e difusão do conhecimento, cujo poder de distribuição e compartilhamento de conhecimento vem provocando grandes mudanças da educação organizacional. (2009, p. 33)

Os professores devem ser capacitados para suprir o impacto negativo causado pela impessoalidade e a sensação de isolamento que pode ser desenvolvida pelo aluno, contribuindo durante o processo para que o conhecimento possa ser assimilado, sem que retire do aluno a sua autonomia na construção do próprio aprendizado, ensejando em ações positivas.

Os professores e os alunos precisam se aproximar das Tecnologias da Informação e Comunicação, modificando a relação que se centrava no conteúdo e possuía um caráter distributivo para se atingir esquemas mentais em redes interativas e colaborativas, integradas na web 2.0. Esta atualização é imponente porque “a informática está entrando na Educação pela necessidade de transpor as fronteiras do educar convencional, pois tudo se modernizou”. (GEBRAN, 2009, p. 15)

Dentro das questões ligadas à tecnologia, está a utilização da plataforma de ensino e aprendizagem, no caso atual da PMESP, a plataforma Moodle. Utilizado por grandes instituições no Brasil e no mundo, como a Oxford University ou a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apoiado pelo MEC na Universidade Aberta do Brasil (UAB), vem sendo a base da Instituição nas ofertas de cursos. Segundo Muller, “a rápida evolução tecnológica requer a capacitação de equipes técnicas que assumirão novos papéis (...), agregando as tecnologias da informação e comunicação nas suas atividades do dia a dia” (2009, p. 84).

Durante as experiências produzidas no desenvolvimento das atividades em EaD, baseadas em um planejamento de capacitação de professores, estão sendo habilitados os tutores do Curso de Aperfeiçoamento Profissional para promoção à graduação de 1º Sargento PM (CAS), por meio do Curso de Formação de Tutores para Educação a Distância, práticas novas na PMESP.

Intenta-se, também, dentro dessa nova visão corporativa e do profissional de EaD, que o professor ou tutor entendam a missão da Instituição, aproveitando as oportunidades de capacitação. Como assinala Muller, corroborada pela visão presente na Instituição, “as organizações passam a criar e organizar estratégias de aprendizagem e dar oportunidades para que os profissionais busquem o conhecimento e sejam protagonistas do seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional”. (2009, p. 91)

Enfim, é incentivada a participação em seminários, fóruns, congressos, experiências compartilhadas com outras Instituições, a capacitação dentro ou fora da Instituição e a realização de pesquisas que auxiliem na elaboração de programas e conteúdos a distância, pois a EaD vem se demonstrando uma excelente ferramenta de ensino para a capacitação profissional e na formação do aluno, que se mantém próximo à família ou trabalho e a redução de custos.

5- Considerações finais

Para que seja possível a realização de todas as atividades em EaD que atendam aos interesses educacionais da PMESP, há a necessidade de se avaliar qual seria a estrutura mais adequada para a gestão da Educação a Distância, prevendo-se a descentralização em polos de ensino, capacitação e investimento em equipes que componham o quadro de profissionais que

trabalham especificamente com EaD, como bem aborda Muller, “os profissionais precisam ser qualificados como gestores, educadores e técnicos, uma vez que estarão envolvidos em processos de mudanças e de inovação em suas instituições” (2009, p. 97), inovações estas que já trazem resultados práticos no planejamento, execução e avaliação dos processos educacionais.

Há o intuito de se desenvolver nos gestores, professores e alunos, uma postura autônoma e proativa, reflexiva e participativa, que fomente novas ideias, em compasso com o desenvolvimento social. Por consequência, promover a inserção dos policiais militares na cultura digital que permeia a sociedade do conhecimento, formada a partir da década de 90, pois, historicamente, “o maior avanço tecnológico na educação a distância na última década foi o surgimento da internet e da *world wide web*” (MOORE e KEARSLEY, 2007, p. 63), ferramentas tecnológicas que podem contribuir sobremaneira para a educação continuada e as missões de segurança pública.

Busca-se uma importante perspectiva com a ampliação da EaD na PMESP, em um cenário tradicionalmente construído pelo ensino presencial, já com novas aplicações que surgem deste grande projeto, parte aqui apresentado: o ganho real do treinamento sem a fronteira da distância para o profissional que lida com a vida e a segurança da população em tempo integral.

Referências

BANDEIRA, Denise. **Materiais Didáticos**. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

GEBRAN, Maurício Pessoa. **Tecnologias Educacionais**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

MOORE, Michael G. **Teoria da Distância Transacional**. In: KEEGAN, D. *Theoretical Principles of Distance Education*. Londo: Routledge, p. 22-38. <http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2002_Teoria_Distancia_Transacional_Michael_Moore.pdf>. Acesso em: 06.04.2015.

MOORE, Michael; KEARSLEY, Greg. **Educação a Distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MULLER, Claudia Cristina. **EAD nas Organizações**. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

TEPERINO, Adriana Silveira et al. **Educação a distância em organizações públicas; mesa redonda de pesquisa-ação**. Brasília: ENAP, 2006.